

O LUGAR DAS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA NO ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL

Nailsa Maria Souza Araújo

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Ana Régia Santos Oliveira

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Jailson Ramos Messias

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Anny Robertta Santos Oliveira

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Iris Karine dos Santos Silva

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

O LUGAR DAS POLÍTICAS DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA NO ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERAL

Resumo: O presente artigo apresenta os dados parciais da pesquisa intitulada *Mapeamento do financiamento das políticas públicas de trabalho dirigidas aos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais no Brasil*, desenvolvida no âmbito do PIBIC/CNPq/UFS. Os dados coletados foram obtidos através de sites e pesquisa bibliográfica. Na disputa pela destinação do fundo público, e observando seus resultados, constata que estes refletem na distribuição orçamentária dos recursos entre setores, áreas, políticas específicas, reconhecendo, assim, o direcionamento político-estratégico da intervenção estatal. Conclui que, especificamente no caso dos três ministérios pesquisados (Ministério da Pesca, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente), eles não são prioridade nos governos Lula e Rousseff. Seus orçamentos são míseros, recebendo pouquíssima dotação no período estudado.

Palavras-chave: Orçamento público, fundo público, financiamento, políticas públicas.

THE PLACE OF ENVIRONMENTAL POLICIES, AGRICULTURE AND FISHERIES IN THE FEDERAL BUDGET

Abstract: This paper presents preliminary data from a survey entitled "mapping the financing of public policies directed at job artisanal fishers and small rural producers in Brazil", developed under PIBIC/CNPq/UFS. Data were obtained through websites and bibliographic research. The dispute over the allocation of public funds and observing their results, which are reflected in the budgetary allocation of resources between sectors, areas, specific policies, one can recognize the political and strategic direction of state intervention. Specifically in the case of the three surveyed ministries (Ministry of Fisheries, Ministry of Agrarian Development and the Ministry of the Environment), it was shown that they are not a priority in governments Lula and Rousseff. Their budgets are meager, receiving very little provision in the period studied.

Keywords: Public budget, public fund, financing, public policies.

Recebido em 25.02.2014 Aprovado em 22.04.2014.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro, na contemporaneidade, tem se aproximado mais contundentemente do debate do financiamento das políticas públicas, notadamente das políticas sociais. Esta necessidade vem responder aos desafios postos pela contrarreforma do Estado e pelos avanços da financeirização da economia, cujo produto é um crescente enxugamento dos recursos destinados às políticas sociais com vistas à destinação cada vez maior destes ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

No caso do presente artigo, nossa análise guiou-se para o exame da lógica do financiamento das políticas executadas pelos Ministérios da Pesca e Aquicultura, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente, buscando conhecer o volume do fundo público destinado orçamentariamente para os mesmos. O foco nestes ministérios se deu na tentativa de subsidiar o debate e as estratégias de acesso às políticas públicas executadas por estes ministérios nos territórios da pesca artesanal¹.

Realizamos primeiro um levantamento bibliográfico, situando o contexto neoliberal e a crise do capitalismo, para demonstrar os desafios da execução de políticas públicas hoje no país. Este percurso nos aproximou dos conceitos de fundo público, orçamento público, Produto Interno Bruto (PIB), carga tributária, descortinando as relações entre eles e apontando para a primazia dos interesses das finanças, ou do capital portador de juros, na constituição da macroeconomia nacional.

Metodologicamente, além da revisão de literatura, realizamos buscas em sites dos referidos ministérios e sites que tratam de dados estatísticos e trazem informações oficiais acerca do tema como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Câmara dos Deputados, Senado Federal. Tomamos como referência os anos de 2007 a 2012, que integram o último Governo de Luís Inácio Lula da Silva na presidência da República e os primeiros anos da gestão Dilma Rousseff.

Para realizar a pesquisa nestes sites foi elaborado um roteiro orientador da coleta de

dados. Algumas das informações estão dispostas em gráficos e tabelas. Estes se referem ao volume dos orçamentos dos três ministérios em estudo e à identificação dos Programas e Projetos por eles desenvolvidos nos anos de referência (2007-2012).

2 DETERMINANTES GERAIS DO FUNDO PÚBLICO, ORÇAMENTO E PIB NA ECONOMIA BRASILEIRA

Desde a década de 1990, com o advento do neoliberalismo, o Estado brasileiro passa por um processo de contrarreforma², no intuito de lateralizar algumas das principais conquistas da Constituição Federal de 1988 no âmbito dos direitos de cidadania, principalmente daqueles organizados em políticas sociais. Por orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi dada especial atenção, de início, às privatizações, realizadas principalmente pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), além da instituição do Plano Real. Ambos foram propagados como soluções à crise atravessada pelo país nos anos 1980³. De acordo com Behring e Boschetti (2007, p. 152-153):

Alguns argumentos centrais estiveram presentes como justificativa dos processos de privatização: atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado.

Nesse caso, o Estado estava tomando para si a responsabilidade de, ao desregulamentar o mercado, com base no argumento de resolução da crise, pôr em equilíbrio as contas públicas, assentado na ideologia do *ajuste fiscal*. Esta estratégia pôs o país

[...] a mercê dos especuladores do mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo galopante da dívida interna e externa. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 152).

Este processo significou a tomada do patrimônio público pelo capital estrangeiro, que através da falácia de geração de empregos acabou não trazendo benefícios concretos ao país, e este nunca foi, de fato, seu interesse. Com a desregulamentação da economia, diferente das normas reguladoras anteriores, o capital gerado aqui é transferido diretamente ao exterior e a mão de obra especializada geralmente vem dos países de origem.

A dita contrarreforma teve influência direta sobre a formulação e execução das políticas sociais. Primeiro, através do Programa de Publicização⁴, que entrega parcela da execução das políticas públicas ao terceiro setor e, de certa forma, desresponsabiliza o Estado por sua execução. Ratificando as autoras supracitadas,

[...] a 'reforma', tal como foi conduzida, acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o boom da dívida pública. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 155, grifos das autoras).

Menina dos olhos da estratégia neoliberal de financeirização da economia a dívida pública, na forma como hoje se configura, é *um importante instrumento de consolidação das relações capitalistas de produção*, amplamente legitimado pelo Estado e consolidado em suas políticas macroeconômicas. Essa legitimação é, obviamente, mascarada, com base na ideologia *da busca do bem comum* e da concentração dos recursos e receitas entre aqueles que realmente necessitam. No Brasil a crescente focalização das políticas sociais é um exemplo claro da configuração do Estado nos moldes do ajuste neoliberal, principalmente através da criação e ampliação dos programas de transferência de renda para o combate à pobreza absoluta.

A dívida pública, que já teve características bem distintas, na atualidade atua como componente fundamental da reprodução do capital. Segundo Chesnais (2012, p. 46-47),

[...] a dívida deu origem, ao longo da década de 1980, às negociações [...] que conduziram ao seu escalonamento no tempo, em condições segundo as quais não podia nem devia ser alguma vez reembolsada totalmente, mas sim prolongada ano após ano.

Percebe-se, dessa forma, que as dívidas foram feitas para não ser pagas, de fato, desenvolvendo cada vez mais o capital fictício e acentuando a dependência externa dos países de capitalismo dependente e periférico – principalmente os chamados países do Sul - ao FMI e ao conjunto cada vez mais concentrado de instituições financeiras oligopolizadas (como os grandes bancos e fundos de pensão). Os mercados financeiros internacionais ofertam empréstimos inicialmente com juros baixos, porém flutuantes, além de estipularem acordos de adesão a políticas por eles elaboradas e exigidas. O endividamento, como se vê, torna-se uma forma de obter capital de juros dos países em desenvolvimento, realizando uma verdadeira sangria nas riquezas desses países. Por esta justa medida fala-se hoje numa neocolonização e Harvey (2005) caracteriza a vigência de um novo imperialismo.

A partir da década de 1980 os empréstimos e as aplicações financeiras, sob a forma de emissão de títulos, assumiram papel importante nas operações dos bancos, que conseqüentemente se tornaram *conglomerados financeiros* ou *mercados financeiros*⁵. A partir daí, diversas formas de aplicação financeira ganharam vida, livres da regulação estatal, porém, com seu aval. Nas palavras de Chesnais (2012) este processo teve início com a emissão dos chamados *eurodólares*⁶.

Em sua maioria esses empréstimos são causadores de crises nos países mais pobres, pois quando há elevação de juros a dívida cresce absurdamente e isso impacta na economia e traz conseqüências nefastas ao conjunto da sociedade. No Brasil, na década de 1990 ocorreu um novo estímulo ao endividamento, com a liberalização financeira definida pelo FMI e pelo Banco Central, este entregue nas mãos dos asseclas das finanças mundiais desde pelo menos o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, com

continuidade nas gestões Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Essa liberalização permitiu a entrada e saída de capitais, o que atraiu investimentos estrangeiros – com taxas de juros elevadas, associadas às taxas cambiais.

Carneiro (2007) aponta que o endividamento é uma medida planejada e prevista pelos capitais internacionais, orquestrada de forma que excluem qualquer envolvimento ou responsabilização destes pelos danos causados. Ao contrário, oferecem *planos de salvamento* que *reciclam* a dívida dos países mais pobres, impondo reformas e medidas econômicas, à medida que o capital é liberado. Nesse caso, notadamente na experiência brasileira, a dívida acaba sendo paga por meio da tributação extorsiva de quem tem menor renda.

Quando observamos o funcionamento de toda esta engrenagem, fica evidente o papel do Estado, que atua como protagonista na garantia, referida acima, de reprodução do capital em tempos de crise de superacumulação:

[...] nesse aspecto, o 'caso brasileiro' é exemplar. Eis a real natureza das políticas de liberalização e desregulamentação dos fluxos de capital e das políticas monetária e fiscal: juros estratosféricos, meta de inflação, superávit primário etc. (LUPATINI, 2012, p. 82; grifo do autor)⁷.

Esta transferência descontrolada e altamente injusta só é possível através do acesso ao fundo público.

O fundo público é composto por impostos e contribuições arrecadados pelo Estado e pela mais-valia⁸ produzida pela classe trabalhadora. Em outras palavras, esses recursos são oriundos “[...] tanto do trabalho excedente, o que quer dizer da mais-valia extraída da exploração do trabalho alheio, quanto do trabalho necessário [...]” (SILVA, 2012) por meio dos impostos excessivos sobre os produtos de consumo, que oneram o trabalhador, devido ao viés regressivo da tributação brasileira.

Para entender melhor essa característica da política tributária nacional é preciso tomar por base a incidência dos tributos, que podem

ser considerados diretos ou indiretos. Os primeiros incidem essencialmente sobre a renda e o patrimônio, cujo pagamento não pode ser transferido para terceiros. Esta modalidade goza de uma baixa arrecadação no país. Por sua vez, os tributos indiretos incidem sobre a produção e o consumo, como é o caso do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Tais impostos são considerados indiretos porque sua cobrança recai sobre os produtos e serviços que são acessados pelos consumidores finais. Significa que, indiscriminadamente, todos os segmentos pagam o mesmo montante, o que vai incidir majoritariamente na classe trabalhadora, que emprega a maior parte dos seus rendimentos no consumo (SALVADOR, 2007).

O orçamento público é uma forma de garantir o atendimento das demandas solicitadas pela sociedade e selecionar as prioridades do governo. O fundo público, por sua vez, deve proporcionar recursos suficientes para a realização dessas funções do Estado. Na atualidade, ocorre verdadeira disputa na alocação dos recursos do fundo público no orçamento, pois cada classe deseja agregar seus pontos de vista e interesses, e isso, segundo Salvador (2012), transforma o orçamento público em um espaço de luta política.

Assim, se afirma mais uma vez o perfil dependente do capitalismo, principalmente em sua fase contemporânea, em relação ao Estado e, é claro, à riqueza produzida pelos trabalhadores, sendo impossível sua sobrevivência se perpetuar sem a intervenção daquele.

No capitalismo contemporâneo, o fundo público exerce uma função ativa nas políticas macroeconômicas, sendo essencial tanto na esfera da acumulação produtiva quanto no âmbito das políticas sociais. O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração

da atividade econômica.
(SALVADOR, 2012, p. 5).

Na experiência brasileira, mesmo com o governo gerando superávits além do percentual combinado com o FMI (BOSCHETTI, 2010), a dívida pública não para de crescer. Esse fato acontece porque o superávit não é o único recurso utilizado para o pagamento da dívida, que se vale também do processo de renegociação e rolagem, através da emissão de novos títulos, que conseqüentemente aumentam o volume do débito para remunerar o capital (LUPATINI, 2010).

Salvador (2012) apresenta que o fundo público atua na reprodução do capital através de subsídios, desonerações tributárias, incentivos fiscais, redução da base tributária da renda do capital; reprodução da força de trabalho, com os salários indiretos; aplicação de recursos do orçamento em meios de transporte e infraestrutura, investigação e pesquisa; e por fim, a transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em particular para o rentista. Em suma,

[...] o fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia [...], as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc. A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal. (SALVADOR, 2010, p. 607).

Dessa forma, pode-se assegurar que o orçamento público é um espaço de luta política, cuja apropriação e controle social podem tornar concretas as ações do Estado; contudo, no movimento contraditório, reflete as prioridades do governo com os interesses da acumulação especulativa, do capital fictício, em detrimento das políticas públicas, explicitando os interesses privados do Estado capitalista.

Do exposto acima se deve reter que o financiamento das políticas sociais deve ser garantido pelo Fundo Público que, por sua vez, está contido no Orçamento⁹. O orçamento é de iniciativa do poder executivo, mas deve passar pelo crivo do poder legislativo e deve respeitar os princípios da unicidade, da universalidade, da transparência e do equilíbrio¹⁰.

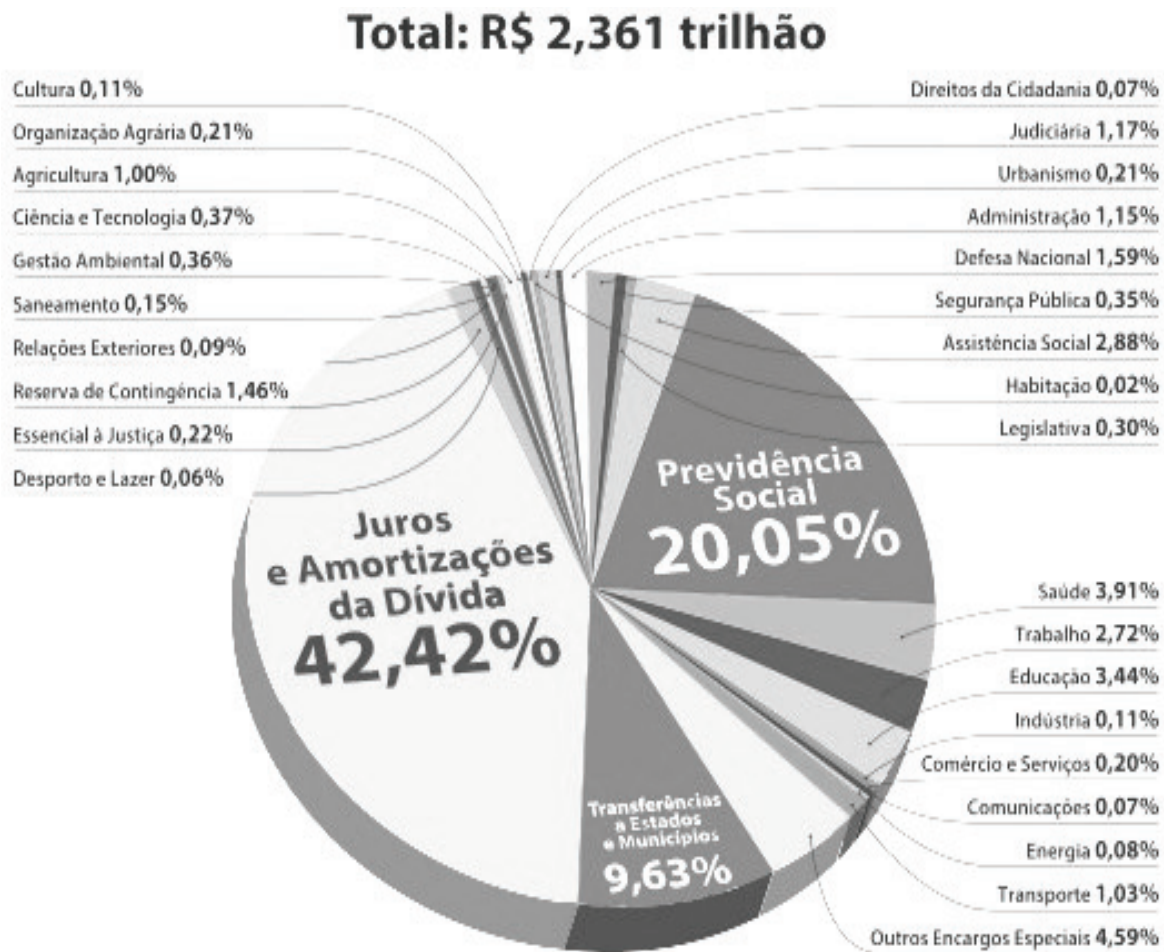
De acordo com Salvador (2010, p. 173),
[...] esses princípios, organizados em peça legal única, indicam que o orçamento dos órgãos e unidades de governo deve incorporar a totalidade das receitas e das despesas, de forma a assegurar a avaliação, o acompanhamento e a fiscalização das contas públicas pela sociedade e por seus representantes no Poder Legislativo.

Tais princípios são afirmados na Constituição de 1988, que consolidou o modelo orçamentário brasileiro e adicionou novos elementos, com o objetivo de vincular o planejamento nacional ao orçamento, com vistas à garantia da execução das políticas de governo nos âmbitos municipal, estadual e federal. Esses elementos são leis interdependentes: Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)¹¹. Na figura abaixo, que ilustra a previsão do Orçamento Geral da União para 2014, é possível observar o privilegiamento do pagamento de juros da dívida em detrimento da ampliação de recursos que garantam as políticas sociais.

As receitas do orçamento que será elaborado para um novo exercício têm por base previsões da economia (Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação) e os lucros com arrecadação de impostos e contribuições, ou seja,

[...] o sistema tributário é que vai assegurar os recursos para a construção de um Estado de Direito Democrático e Social, destinado a assegurar o exercício dos direitos. (SALVADOR, 2010, p. 180).

Gráfico 1 – Previsão do orçamento geral da União para 2014



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Fonte: Projeto de Lei Orçamentária para 2014.

Observação: Foi considerado o "refinanciamento" ou "rolagem" da dívida, pois o governo contabiliza grande parte do pagamento de juros como "refinanciamento".

Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2014/Proposta/projeto/volume1/04_quadros_cons_desp.pdf, págs 91, 175 e 183.

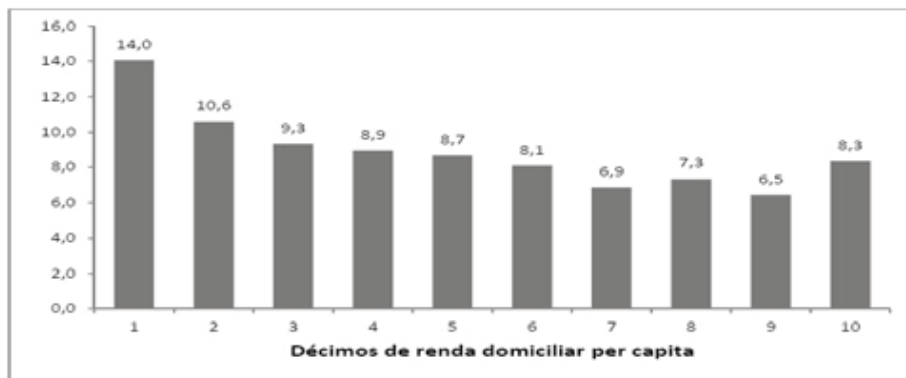
Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida.

Com base nessa equação, torna-se imperativo também entender, para os fins desse estudo, o que é o PIB e o que ele expressa.

O Produto Interno Bruto é um indicador composto pela soma de todos os bens e serviços produzidos num determinado período e país. Entram nesse cálculo os bens produzidos, os serviços, os investimentos e os gastos do governo. Não são computados os bens intermediários envolvidos na produção, os serviços não remunerados, os bens já existentes e as atividades econômicas informais¹².

O PIB do Brasil em 2012 era de US\$ 2,3 bilhões, o que correspondia a 3,1% do PIB mundial (US\$ 71,9 bilhões)¹³. É a maior economia da América Latina e, à época, ocupava o 7º lugar no mundo. Apesar disso, o Brasil não mostra índices tão positivos quando se trata de desigualdade social. O fato é que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e os dados do IPEA de 2012 mostram uma diminuição dos níveis de pobreza¹⁴, porém, a discrepância entre os níveis de concentração de renda continua elevada:

Gráfico 2 – Taxa de variação da renda domiciliar per capita por décimos da população,
2011-2012 (%)



Fonte: Ipea, a partir dos microdados das Pnads 2011 e 2012.
Nota: Excluídas áreas rurais da região Norte (exceto Tocantins).

O Gráfico mostra a população brasileira dividida em décimos, de acordo com a renda (dos mais pobres aos mais ricos). Enquanto os 10% mais pobres tiveram sua renda acrescida em 14%, os 10% mais ricos ascenderam 8,3%. Entretanto, o mesmo estudo nos mostra que:

Não obstante o crescimento da renda ter sido maior para os décimos mais pobres, as diferenças de renda entre as famílias permaneceram muito elevadas: o rendimento dos 40% mais pobres foi de R\$ 241,81 per capita, enquanto os 5% mais ricos tiveram um rendimento médio de R\$ 5.178,37 per capita. (IPEA, 2013, p. 9).

Atribui-se a elevação da renda dos mais pobres principalmente ao crescimento dos salários, que responde por 58% da diminuição da desigualdade, segundo o estudo. Em segundo lugar vêm os rendimentos previdenciários, com 19% de contribuição, seguido pelo Programa Bolsa Família (PBF), com 13%. Este, desde 2004, no governo Lula, garante que parte da população *extremamente pobre* (que vive com menos de 1 dólar por dia), seja promovida à *pobre* e viva com um a dois dólares por dia, para atender às metas estabelecidas pela ONU. Os 10% restantes são benefícios de prestação continuada e outras rendas. Cabe ressaltar que em 2012 o Índice de Gini¹⁵ foi medido em 0,522, considerado elevado, o que não condiz com um país que, no mesmo ano, alcançou a façanha e ser a 7.^a economia mundial¹⁶.

3 O VOLUME DO FUNDO PÚBLICO DESTINADO AOS MINISTÉRIOS E AO PAGAMENTO DA DÍVIDA

Após uma análise sucinta dos determinantes mais gerais do orçamento público brasileiro nos últimos anos, notadamente no último governo Lula e nos primeiros anos do governo Rousseff, cabe-nos apresentar um quadro geral dos recursos investidos nos três ministérios de referência nesta pesquisa. Esta abordagem dará conta de conhecer o volume do fundo público destinado orçamentariamente para os Ministérios da Pesca, do Desenvolvimento Agrário, e do Meio Ambiente.

Notar-se-á, como vem sendo mostrado ao longo deste texto, que todos os maiores esforços do país estão voltados ao pagamento da dívida pública, para onde são canalizados cerca de, ao longo dos seis anos problematizados, um valor aproximado a 50% do orçamento público. Conforme já vimos afirmando, há toda uma engrenagem internacional, capitaneada pelos mercadores financeiros e suas instituições, que engolfam os países de capitalismo periférico numa espiral que envolve a demarcação de taxas de juros alarmantes¹⁷, carga tributária regressiva e, o mais relevante, garantia do pagamento das amortizações da dívida e da continuidade do processo de empréstimos ad infinitum. Este mercado financeiro desregulamentado, que hoje pratica uma pilhagem das riquezas

produzidas pela maioria da população do planeta, está concentrado na mão de um punhado de instituições oligopolizadas. Segundo Carmona (2012, grifo do autor)

Um estudo da Universidade de Zurich revelou que um pequeno grupo de 147 grandes corporações transnacionais, principalmente financeiras e mineiro-extrativas, na prática, controla a economia global. O estudo foi o primeiro a analisar 43.060 corporações transnacionais e desentranhar a teia de aranha da propriedade entre elas, conseguindo identificar 147 companhias que formam uma "super entidade" que controla 40% da riqueza da economia.

Os estudos divulgados vêm deixando transparente a crescente concentração de riqueza e o aumento da pobreza em todo o mundo, tudo isso em nome de garantir uma saída pífia e altamente arriscada da crise capitalista, que se arrasta a quase quarenta anos, saída essa que somente se sustenta na ciranda financeira, desconsiderando seus resultados nefastos para o conjunto da população mundial e para o planeta. Estima-se que

[...] quase 90% da riqueza do mundo está sob o controle de moradores da América do Norte, Europa e dos países de renda elevada na região Ásia-Pacífico, como o Japão e a Austrália. Os 50% mais pobres da população respondem por apenas 1% da riqueza do planeta, aponta órgão ligado às Nações Unidas; Brasil possui 1,3% da riqueza e 2,8% da população mundial; quase um terço do patrimônio dos 10% mais ricos está nos EUA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, [20--?]).

A realidade sintetizada se reproduz, obviamente, no montante de recursos públicos advindo do Orçamento da União que são destinados às respectivas pastas/ministérios no Brasil. Comprometido umbilicalmente com a manutenção da estrutura de mundialização financeira, embora toda a falácia do discurso ideológico neodesenvolvimentista, o Brasil destina a maior parte de seu PIB e do Orçamento para o pagamento dos juros e amortizações da dívida. Aos ministérios em questão, de 2007 a 2012, a destinação seguiu o padrão abaixo sistematizado:

Tabela 1 – Volume do Orçamento Geral em relação aos Ministérios e aos Juros e Amortizações – R\$ (1,0)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Orçamento Geral	1.511.540.601. 307	1.362.268.012 .584	1.585.045.962 .731	1.766.021.794 .352	1.940.556.108 .227	2.150.458.867 .507
Juros e Amortização	898.682.641.7 12	656.736.807.3 04	758.759.705.9 95	867.557.205.1 93	953.789.518.1 13	1.014.737.844 .451
MDA	3.296.484.163	3.772.276.532	4.691.793.695	4.539.538.165	4.453.572.928	5.035.372.170
MPA	112.274.807	275.230.599	371.896.664 ¹⁸	803.680.483	553.279.826	324.534.113
MMA	2.742.370.406	2.953.155.012	3.532.621.461	3.521.708.469	3.338.859.340	3.647.818.647

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme site da Câmara Federal.

Notam-se, claramente, os baixíssimos volumes que compõem o orçamento destes ministérios em relação ao Orçamento Geral e, obviamente, em relação ao destinado ao

pagamento de juros e amortização da dívida. Se quisermos observar em porcentagem teremos a seguinte Tabela:

Tabela 2 - Volume do Orçamento Geral em relação aos Ministérios e aos Juros e Amortizações – R\$ (1,0)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Juros e Amortização	59,45%	48,20%	47,86%	49,12%	49,15%	47,18%
MDA	0,29%	0,27%	0,29%	0,26%	0,23%	0,23%
MPA	0,007%	0,02%	0,02% ¹⁹	0,04%	0,03%	0,01%
MMA	0,18%	0,21%	0,22%	0,20%	0,17%	0,17%

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme site da Câmara Federal.

Analisando esses dados, que expressam parte do orçamento público brasileiro, pode-se ter clareza do processo de financeirização da economia, protagonizado e aprofundado mais recentemente também pelos governos petistas, em detrimento e secundarização das políticas sociais que deveriam operar em favor da consecução de direitos sociais. Esse processo tem retirado do orçamento público os recursos para o pagamento da dívida pública, conforme já sinalizado. Neste sentido, corroboramos com Oliveira (2009, apud SALVADOR, 2012, p. 128) quando assinala que

[...] o orçamento deve ser visto como o espelho da vida pública de uma sociedade, à medida que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, sobre que classe ou fração de classe recai o maior ou o menor ônus da tributação e as que mais se beneficiam com os seus gastos. Por meio do orçamento público, o Poder Executivo procura cumprir determinado programa de governo ou viabilizar objetivos macroeconômicos.

Os baixos recursos destinados ao orçamento dos ministérios vão refletir nos programas implementados por esses órgãos, fato que resulta em baixos investimentos e em focalização na distribuição entre setores.

A LOA, assim como dito anteriormente, expõe o modo como o Estado irá gerir os recursos auferidos pelo sistema tributário, evidenciando suas receitas e despesas para o período de um ano. Analisando os anos em questão, é possível conferir o orçamento dos programas operacionalizados em cada ministério.

Na Tabela abaixo expomos um somatório dos programas que receberam previsões orçamentárias no período analisado. Vemos que há uma constância média de oferta de programas, sendo uma média de treze programas no Ministério do Desenvolvimento Agrário; de quatro²⁰ programas no Ministério da Pesca e Aquicultura; e vinte e seis no Ministério do Meio Ambiente.

Observa-se ainda na **Tabela 3** que houve uma redução de programas que receberam dotações orçamentárias no ano de 2012, referente ao segundo ano do governo Rousseff, quando os três ministérios também demonstraram uma redução em seus orçamentos em relação ao ano de 2010. Ainda no ano de 2012 outras mudanças também foram identificadas. Além das mudanças de nomenclaturas e junções, como veremos logo abaixo, de programas, outros também não foram contemplados com os recursos do orçamento.

Tabela 3 - Número de programas executados anualmente pelos três ministérios

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
MDA	14	14	15	16	14	8
MPA	5	5	0	4	4	3
MMA	30	27	27	27	27	19

Fonte: Elaborada pelos autores, conforme site da Câmara Federal.

A redução do quantitativo de programas em 2012 deve-se, provavelmente, ao início de mais um ciclo do PPA, que possui vigência de quatro anos, sendo que o último ano corresponde ao primeiro de um novo mandato/governo. O período analisado corresponde a abrangência de três PPA's: o primeiro se encerra já em 2007; o segundo iniciou em 2008 e vigorou até 2011, já no primeiro governo de Dilma; e em 2012 um novo PPA é executado sob o governo petista. Neste sentido, um novo PPA apresenta transformações, uma vez que é elaborado conforme as mudanças socioeconômicas e interesses políticos do novo governo. Não se pode recusar também a existência de uma tendência conjuntural de cortes de gastos executados por diversos mecanismos *legais*, a exemplo da Desvinculação das Receitas da União (DRU)²¹, comprometendo a operacionalização orçamentária que garanta a manutenção e ampliação dos programas. Em face dessa realidade, conforme temos ratificado aqui, assiste-se um escoamento dos recursos públicos para os serviços da dívida.

Além dos recursos no orçamento, previstos para cada programa, boa parte deles estão comprometidos com outras rubricas permanentes nos orçamentos, o que significa dizer, enfaticamente, *que o total de recursos destinado os ministérios não é gasto com os programas executados*²². Parte do montante é destinada à garantia das despesas previdenciárias, das reservas de contingência, cumprimento de sentenças judiciais e o serviço da dívida, isto é, a parte do orçamento dos ministérios que garante o pagamento da dívida pública. Isso mostra que o volume total do pagamento dos serviços da dívida pública e suas amortizações, dados já dispostos acima, é distribuído nos orçamentos parciais de cada ministério.

No MDA essas despesas, conjuntamente, chegaram a 22,18% do orçamento do ministério em 2011 e a 18,06% em 2012. Já no MMA, a participação dessas despesas no orçamento do ministério chegou a 51,28% em 2007 e a 51,18% em 2009. Desse ano até 2012 o percentual desse tipo de despesa caiu para 38,69%, o que não pode ser considerado baixo.

É inegável que a forma como são divulgados os valores do orçamento dos

ministérios pode provocar uma falsa interpretação do quanto realmente está disponível para a execução dos programas. Os casos do MDA e do MMA são emblemáticos do resultado do corte de gastos efetivamente destinados com a execução dos programas. No segundo caso, conforme os dados expostos, as despesas com outras funções que não exatamente a execução de programas chegou a significar a metade do montante destinado ao ministério.

Abaixo, procuramos demonstrar os programas executados pelos três ministérios pesquisados, segundo os dados das despesas do orçamento fiscal e da seguridade registrados na LOA dos anos em tela. Um exame dos dados informa que o MDA executou quatorze programas em 2007, sendo que três deles foram encerrados e suas ações foram incorporadas²³ por outros programas na passagem para o PPA vigente no período entre 2008 e 2011. Nesse período, dois programas alteraram a nomenclatura e outros três programas foram iniciados, mantendo, assim, o mesmo número de quatorze programas.

No MPA foram executados cinco programas em 2007. Um deles foi encerrado nesse mesmo ano. No período entre 2008 e 2011, contando com quatro programas em execução, apenas um teve o nome alterado.

No caso do MMA, trinta programas foram desenvolvidos no ano de 2007. Na passagem para o período seguinte, dois deles foram definitivamente concluídos e outros dois foram encerrados, porém tiveram suas atividades incorporadas por outros programas entre 2008 e 2011, quando foi computado um número de vinte e sete, com o acréscimo de mais um programa.

No que se refere aos novos programas iniciados em 2012, o MDA contou com um número de oito, sendo apenas um com novas ações; o MPA com três programas, sendo apenas um dotado de novas ações; e o MMA com dezenove programas, contando com quatro que assumiram novas ações.

Comparando o número de programas desenvolvidos anteriormente, conforme os dados expostos, temos que a partir de 2012 assiste-se a um enxugamento dos programas nos ministérios. A maioria dos programas anteriores foram encerrados e suas ações foram incorporadas por outros novos. O que

ocorreu de fato foi uma reestruturação, onde diversos programas foram reunidos em outros maiores, como uma espécie de programas *guarda-chuvas*, uma vez que a maioria das atividades desenvolvidas pelos anteriores foram assimiladas nos novos programas criados. Essa característica é mais visível no MDA e no MMA, devido à grande quantidade de programas existentes. Podemos citar como exemplo o que acontece no MDA, no qual seis programas²⁴ dão lugar a apenas um, intitulado *Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária*, tendo suas atividades incorporadas por esse último. E no MMA, a título de exemplo, quatro programas²⁵ foram incorporados pelo programa de *Conservação e Gestão de Recursos Hídricos*. No entanto, o número de programas novos, de fato, foi muito baixo, acrescentando apenas um no MDA e MPA e quatro no MMA, como já foi apontado.

Vê-se que há uma sazonalidade muito grande dos Programas e Projetos ao longo do período pesquisado (2007 a 2012) e muitas mudanças em nomenclaturas, o que dificulta uma explicitação mais exata dos dados.

O estudo dos orçamentos dos ministérios e a identificação de seus programas e projetos, bem como de seus orçamentos, nos leva a concluir que cada vez se mostra mais necessária a análise e conhecimento de seus mecanismos, que parecem inicialmente uma caixa preta. Porém, para que seja possível seu questionamento e sua divulgação, como estratégia de luta pela mais justa repartição dos recursos do fundo público, é necessário se lançar na aventura de sua clarificação e desmistificação.

4 CONCLUSÃO

A problematização elaborada aqui nos permite chegar a algumas considerações importantes sobre o debate realizado em torno do fundo público e, especialmente, do orçamento dos ministérios em questão. Primeiro pudemos observar, com base no estudo do *Estado da arte* da temática, que o Brasil, a partir de sua lógica de política tributária e fiscal, ou seja, de sua macroeconomia, vem se adequando de forma

bastante afinada aos interesses e prerrogativas dos organismos multilaterais internacionais, que forjam abertamente a financeirização da economia e destinam os maiores ônus dessa estratégia tão perigosa como ilegítima aos países de capitalismo periférico. Agindo assim, os dados de nosso PIB, que mostram um grande volume de riqueza produzida, e os do orçamento público, expõem a sangria que tem sido feita nas riquezas produzidas pelo Brasil para direcioná-las aos rentistas internacionais.

O período por nós observado é todo ele abarcado pelas gestões do PT no Governo Federal. Essa realidade somente mostra que, frente às políticas de austeridade e ortodoxia neoliberal advindas das gestões psdebistas anteriores, os ditos governos de esquerda brasileiros não deixam nada a desejar, ou seja, são sim uma continuidade e em alguns aspectos um aprofundamento dos caminhos de reprimarização e neocolonização de nossa economia. Este quadro demonstra o transformismo dos governos petistas e sua subserviência aos interesses do capital portador de juros.

A partir da análise dos dados coletados descortinamos uma economia produtora de larga riqueza, distribuída de forma escandalosamente desigual. Identificamos a primazia do uso dos recursos do orçamento público majoritariamente para o pagamento dos juros e amortizações da dívida, com pequenas oscilações no período, mas sempre ficando perto dos 50% do volume total do orçamento da União. Frente a este quadro, obviamente as *sobras* são muito poucas para serem aplicadas nos Programas e Projetos dos diferentes e distintos ministérios responsáveis por uma gama de operacionalização de direitos sociais.

Especificamente nos casos dos três ministérios aqui pesquisados, foi mostrado que eles não são prioridade nestes governos, e que, ao contrário, seus orçamentos são pífios, recebendo pouquíssima dotação no período estudado. Mas notamos que, à exceção do MPA, são em grande número os projetos e programas em execução nos ministérios, o que pode significar uma pulverização desnecessária e até uma desarticulação entre os programas dos diversos ministérios voltados

para o mesmo público. Ademais, muitas das vezes, alguns programas/projetos são disponibilizados via edital de concorrência pública, em geral divulgados através da internet, não se caracterizando como de acesso universal.

Portanto podemos dizer, a partir das análises, que o Brasil segue a maré montante do desfinanciamento das políticas públicas, alocando nelas poucos recursos frente ao volume do orçamento. Procuramos mostrar, também, quais são os programas desenvolvidos pelos três ministérios estudados.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).
- BOSCHETTI, Ivanete Salette. Crise do capital e custos para a Política Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro; CFESS, 2010. CD ROM.
- CARMONA, Ernesto. 147 corporações controlam a economia do mundo ocidental. **Blog Ronald Mansur**, 2012. Não paginado. Disponível em: <<http://ronaldmansur.blogspot.com.br/2012/11/147-corporacoes-controlam-economia-do.html>>. Acesso em: 25 out. 2012.
- CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli. O manejo da dívida pública. In: SICSU, João (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 143-154.
- CHESSAIS, François. **As dívidas ilegítimas: quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas**. 1. ed. Tradução Artur Lopes. Lisboa: Temas e Debates: Círculo de Leitores, 2012.
- FÓRUM BRASIL DO ORÇAMENTO. **Cadernos para discussão: superávit Primário**. Goiás, 2004.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dois décadas de desigualdades e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE**. Brasília, DF, 2013. (Comunicado do Ipea, n 159). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20005>. Acesso em: 16 de dez. 2013.
- LUPATINI, Márcio. Crise do capital e dívida pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12, 2010, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: CFESS, 2010. CD ROM.
- _____. Crise do Capital e Dívida Pública. In: SALVADOR, Evilasio et al (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 59 a 92.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 1, v. 1.
- SALVADOR, Evilásio. A distribuição da Carga Tributária: Quem Paga a Conta? In: SICSU, João (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e Gastos Públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 79-92.
- _____. Financiamento Tributário da Política Social no Pós-Real. In: _____ et al (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 123 a 152.
- _____. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Luiz Alberto dos. **O Programa de Publicização e as organizações sociais**. [S. l.: s. n.], 1998. Não paginado. Disponível em:

<http://www.anesp.org.br/userfiles/file/estudos/programa_publicizacao.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SILVA, Giselle Souza da. Fundo Público e Políticas Sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS CÊNCIAS HUMANAS, 2., 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Associações de Pós-Graduação/IPEA, 2012. Não paginado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Só 2% concentram metade da riqueza mundial, diz estudo.** Campina Grande, [20--?]. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_im_prensa/mostra_noticia.php?codigo=4339>. Acesso em: 19 dez. 2013.

NOTAS

¹ A pesquisa, realizada no âmbito do PIBIC, a partir da qual construímos este artigo, veio se somar às estratégias interventivas de um projeto de extensão e procura produzir conhecimentos que subsidiem a ação de assistentes sociais e estagiários no debate do acesso às políticas públicas enquanto estratégia de organização e luta pela melhoria da qualidade de vida nos territórios da pesca artesanal no estado de Sergipe. A pesquisa foi demandada a partir das carências teórico-conceituais e de dados empíricos observados pela equipe técnica da UFS que ora trabalha diretamente com este público (pescadores e pescadoras artesanais e pequenos produtores rurais) em ações de extensão.

² “O principal documento orientador dessa projeção foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE, 1995), amplamente afinado com as formulações de Bresser Pereira, então à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE).” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 148).

³ Transcrevendo Biondi (2003, p. 21): “O governo Fernando Henrique Cardoso implantou as privatizações a preços baixos, financiou os ‘compradores’, sempre alegando não haver outros caminhos possíveis.” No entanto “Tudo somado, contas bem feitas mostrariam que as privatizações não reduziram a dívida e o ‘rombo’ do governo. Ao contrário, elas contribuíram para aumentá-los. O governo ficou com dívidas – e sem as fontes de lucros para pagá-las.” (BIONDI, 2003, p. 23).

⁴ “Anunciado desde a edição do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em novembro de 1995, foi lançado por meio da Medida Provisória N.º 1.591, de setembro de 1997. O Programa Nacional de Publicização autoriza o Poder Executivo a, por meio da qualificação de entidades privadas como ‘organizações sociais’, transferir-lhes a gestão de bens e serviços públicos a cargos de entidades autárquicas e fundacionais.” (SANTOS, 1998).

⁵ “Onde se efetua a compra e venda de títulos que proporcionam juros, dividendos ou mais-valias resultantes de especulações bem-sucedidas.” (CHESNAIS, 2012, p. 38).

⁶ Chesnais cita e conceitua algumas das operações comuns à época: *Hedge Funds* (fundos de investimento de alto rendimento e alto risco), os *Idle Funds* (fundos inativos que centralizados seriam transformados em capital de aplicação financeira), a reciclagem dos petrodólares (operações de rendibilização dos capitais provenientes do rendimento petrolífero).

⁷ O superávit primário é uma ferramenta contábil, que a partir da orientação do FMI, se transformou em um elemento essencial na política econômica. Com estabelecimento da *meta do superávit primário* o governo passa a ter como objetivo o aumento excessivo da arrecadação e a diminuição das despesas. É importante ressaltar que no cálculo do superávit primário não estão incluídas as despesas com a dívida, por isso denomina-se dessa forma, para distinguir do déficit ou superávit total, que inclui o pagamento da dívida. É comum o governo usar os números do superávit primário para dizer que está realizando uma política de austeridade fiscal, ao manter as contas equilibradas e ao assegurar que as despesas não são maiores que a receita. No entanto, a fazer isso, o governo está maquiando a real situação das contas públicas, pois o superávit primário não inclui o dispêndio de recursos para o pagamento da dívida, o que acaba escondendo o déficit ocasionando com esse pagamento (FÓRUM BRASIL DO ORÇAMENTO, 2004).

⁸ Valor gerado pelo trabalhador assalariado, que excede o valor pago pela sua força de trabalho (esse valor é apropriado pelo capitalista). Nas palavras de Marx (2008, p. 228): “Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente).”

⁹ Artigo 165º da CF 1988.

- ¹⁰ Cabe ressaltar que os gastos com a dívida pública devem constar no orçamento, porém o Poder Legislativo não pode interferir no montante destinado ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida. Fica a cargo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estipular os limites para as movimentações financeiras relacionadas a esta dívida.
- ¹¹ O PPA estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos. A LDO orienta a elaboração e execução do orçamento anual e trata de vários outros temas, como alterações tributárias, gastos com pessoal, política fiscal e transferências da União. E por fim, a LOA estima as receitas que o governo espera arrecadar durante o ano e fixa os gastos a serem realizados com tais recursos. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrazil>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- ¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pib-oque-e/platb/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.
- ¹³ Disponível em: <<http://www.softex.br/projetos-para-o-setor/observatorio/pib-em-paises-selecionados/>>. Acesso em: 14 nov. 2013.
- ¹⁴ “[...] a população extremamente pobre (renda familiar per capita de até R\$ 75) caiu de 7,6 milhões de pessoas para 6,5 milhões. Já a população pobre (até R\$ 150) foi reduzida de 19,1 milhões para 15,7 milhões.” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).
- ¹⁵ O Índice de Gini, ou Coeficiente de Gini, como também é chamado, mede a desigualdade de determinado local. Varia entre 0 e 1, sendo que 0 é o menor índice de desigualdade e 1, o maior.
- ¹⁶ Em 2011, de acordo com estudo publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “[...] o Gini do Brasil ainda é maior que em todos os Brics [Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul]. É também o dobro da média dos ricos. No país, os 10% mais ricos ganham nada menos que 50 vezes mais do que os 10% mais pobres, um dos maiores abismos do mundo, diz o relatório. Maior que emergentes como Chile, México e Turquia. No Chile e no México, a diferença é de 25 vezes, mas segundo a OCDE está caindo. Na Turquia, a diferença é de 14 vezes – a mesma que nos EUA e em Israel.” Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111205_desigualdade_ocde_pu.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- ¹⁷ Novamente assistimos no Brasil a maré do aumento dos juros, que, depois da última reunião do COPOM, atingiu novamente a marca dos dois dígitos.
- ¹⁸ Dado da PLO 2009.
- ¹⁹ Informação da PLO 2009.
- ²⁰ No ano de 2009 não foi identificado nenhum programa com orçamento previsto no MPA.
- ²¹ “A principal consequência da DRU é o desvio regular de bilhões de reais da saúde, educação, previdência e assistência social, que são transferidos por meio do orçamento fiscal para os mercados financeiros.” (SALVADOR, 2010, p. 369).
- ²² O MPA que não apresenta outras rubricas em seu orçamento, apenas em 2011 houve uma destinação para a reserva de contingência. No MDA houve destinação para a reserva de contingência somente em 2008, 2009 e 2011.
- ²³ Para saber se algum programa foi contemplado no orçamento dos anos seguintes foram observadas se suas atividades foram incorporadas por outro programa, seja ele novo ou não. Neste sentido, ainda que com o fim de um determinado programa, suas atividades continuam sendo operacionalizadas por outro.
- ²⁴ Crédito Fundiário; Paz no Campo; Assentamentos para Trabalhadores Rurais; Educação do Campo (PRONERA); Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento; e Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.
- ²⁵ Serviços Urbanos de Água e Esgoto; Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos; Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas; Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.

Nailsa Maria Souza Araújo

Assistente Social
Doutora em Serviço Social
Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: nayaraujo5@yahoo.com.br

Ana Régia Santos Oliveira

Assistente Social
Assistente Social da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: anaregiasoliveira@hotmail.com

Jailson Ramos Messias

Assistente Social
Assistente Social da Fundação de Apoio à Pesquisa e
Extensão de Sergipe no Programa de Educação
Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).
E-mail: ramos-ufs@hotmail.com

Anny Robertta Santos Oliveira

Bolsista PIBIC/COPEP/UFS
Discente do Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: anny-robertta@hotmail.com

Iris Karine dos Santos Silva

Bolsista do Programa PET/SS/UFS
Discente do Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: iriskariness@yahoo.com

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
Av. Marechal Rondon, s/n Jardim Rosa Elze – São
Cristóvão/SE
CEP: 49100-000